

Aprovada a LDO para 2009

Aprovada em 26/6 pela Assembléia Legislativa (Alesp), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 2009 manteve o índice de repasse de, no mínimo, 9,57% da quota-parte estadual do ICMS para as universidades públicas estaduais. Assim, mais uma vez foram rejeitadas as reivindicações do Fórum das Seis de um repasse anual de 11,6% da quota-parte do ICMS para as universidades, de dotação de 2,1% da quota-parte do ICMS para o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceteps), e de aumento do total de recursos vinculados à educação no Estado em todos os níveis, de 30% para 33% da receita de impostos.

A LDO 2009, reiterando o conteúdo do artigo 26 da lei complementar nº 1010/07 ao São Paulo Previdência (SP-Previd), autorizou o governo do Estado a considerar gastos previdenciários como gastos com educação. Dessa forma, aponta o professor Otaviano Helene, presidente da Adusp: "Essa medida faz com que o governo cumpra a lei, sem cumprir a lei. Previdência é uma coisa, educação é outra". Na opinião da Adusp, estabelece-se assim a burla pelos executivos ao preceito constitucional de 30% para a educação.

Acrescentou ainda "com relação ao repasse para as universidades, a proposta governamental não falava 'no mínimo 9,57%'. Isso é importante, porque se falasse 'apenas 9,57%' o governo poderia usar isso como contra-argumento às nossas pressões por dotação orçamentária

adicional para viabilizar a ampliação da universidade e também a incorporação da Faculdade de Engenharia Química de Lorena", afirma o professor.

"Trava"

O deputado Roberto Engler (PSDB), que foi o relator da LDO na Comissão de Finanças e Orçamento da Alesp, define essa redação como uma "trava de segurança": segundo ele, é possível que se aplique um percentual maior do que 9,57% caso haja sensibilização do governo a partir da argumentação das partes interessadas. "Se os reitores forem lá, falarem da expansão dos cursos e conseguirem convencer o governo", sugere Engler, então haveria possibilidade de alteração no índice.

O deputado tucano, que durante os governos Covas e Alekmin foi relator da LDO por oito anos consecutivos (ficando conhecido por rejeitar inapelavelmente as emendas do movimento social), declarou ao Informativo Adusp que o fato de não terem sido aumentados os percentuais de repasse à Educação não deve ser motivo de discussão na Alesp: "A quem cabe decidir sobre qual é o valor relativo que as universidades têm, em relação às demais atividades do Estado, é o governo instalado; o que ele manda para a Assembléia é uma proposta [sic]. Não cabe ao parlamento modificá-la integralmente, cabe a ele indicar algumas coisas". Quanto à inclusão de gastos previdenciários como

se fossem de manutenção da educação, Engler entende que só o Tribunal de Contas do Estado (TCE) teria autoridade para questionar.

O pequeno número de emendas aceitas, e a criação de subemendas, são vistas pelo deputado Mário Reali (PT) como uma das práticas negativas da relatoria da LDO 2009. Reali, que está entre os parlamentares que encampam as propostas do Fórum das Seis, opina que argumentos sólidos para lutar pela ampliação dos recursos da

Educação devem munir-se da observação sistemática dos relatórios trimestrais de responsabilidade fiscal — que indicam como estão sendo feitos os gastos com Educação nas universidades.

Renúncia fiscal

Entre os anexos de metas fiscais da LDO 2009, o professor Helene constata com preocupação a previsão de perda de arrecadação do ICMS por motivo de renúncia fiscal, de quase R\$ 4,185 bilhões, enquanto a previsão

de arrecadação é próxima de R\$ 53,177 bilhões.

Outra preocupação manifestada pelo presidente da Adusp diz respeito à SPPrev e à determinação da contribuição de 11% da parte do trabalhador, e do dobro disso como contribuição patronal. O artigo 28 da LDO autoriza o Tesouro estadual a deduzir dos repasses às autarquias estaduais os valores equivalentes às contribuições previdenciárias patronais não repassadas por elas ao SPPrev.

Ofensiva da mídia contra os professores ajuda Serra, mas agride a democracia

Editoriais consecutivos de alguns dos principais jornais brasileiros têm batido na mesma tecla, nos últimos dias: os servidores públicos estariam abusando do direito de greve. Em São Paulo, os professores da rede estadual, em greve, estariam produzindo transtorno no trânsito da cidade, fato (!) duramente condenado pela Folha de S. Paulo. Na mesma toada, o jornalista Elio Gaspari publicou artigo insinuando que é fácil cruzar os braços no serviço público, por não haver desconto dos dias parados.

Coincidentemente, o governo estadual paulista procura derrotar o professorado, após ter sido obrigado a fazer algumas concessões que não frearam a greve (vi-

de *Informativo Adusp* 262). Disposta a intimidar a categoria, a secretária estadual da Educação, Maria Helena Guimarães de Castro, vem ameaçando cortar os salários dos professores, incluindo gratificações, e liberar a contratação de professores eventuais (que recebem 5 reais por aula dada).

No dia 4/6, os professores precisaram transferir o local de sua assembléia, do Masp para a Praça da República, depois que o Ministério Público Estadual obteve liminar que provocou a mudança. Em síntese, diversos setores do Estado articularam-se para acantonar os trabalhadores do ensino, numa manobra amplamente respaldada pelos jornais conservadores, com o surra-

do discurso de que não se podem tolerar os "abusos" do direito de greve.

Entende-se que a mídia queira favorecer o governador José Serra, mas o que ela de fato consegue é deservir a democracia. A greve é uma demonstração de protesto contra a longa série de medidas arbitrárias tomadas pela Secretaria da Educação, sem consultar professores e funcionários, para não falar na sociedade. O desprezo de esperar semanas antes de iniciar uma negociação efetiva é a constatação do descaso de vários governos com o serviço público. O professorado decidiu reagir, exercendo um direito previsto na Constituição, e é muito bom que isso aconteça.

Debates sobre educação em Ribeirão Preto

Ribeirão Preto foi palco de duas atividades educacionais no dia 24/6: à tarde, um debate sobre o tema “Ensino à Distância”; à noite, uma mesa redonda intitulada “Plano Municipal de Educação (PME) de Ribeirão Preto: o direito à Educação na cidade”. O debate foi promovido pela Adusp local e a mesa redonda fez parte do II Encontro de Educação da FFCLRP (23 a 26/6).

Ambas contaram com a presença do professor César Minto, primeiro vice-presidente da Adusp, que na primeira expôs argumentos pedagógicos e políticos em defesa da formação inicial presencial, questionando qualquer tentativa oficial de implantação de cursos virtuais para tal formação, sobre-

tudo de professores; e na segunda apresentou uma análise da proposta de PME consolidada na I Conferência Municipal de Educação daquela cidade, ocorrida em maio.

Ensino à Distância

O debate teve como objetivo o levantamento de argumentos político-pedagógicos para subsidiar a discussão sobre a adequação ou não do Ensino à Distância para a formação inicial e, portanto, também sobre a conveniência ou não da adoção de políticas públicas para tal formação, como é o caso da Universidade Virtual do Estado de São Paulo-Univesp (vide *Informativo Adusp* 246 e 262 e *Revista Adusp* 41). Um dos argumentos enfatizados, foi o

de que o Ensino à Distância não é adequado para propiciar formação inicial de boa qualidade. Contudo, os participantes ponderaram a necessidade urgente de ampliar e aprofundar a discussão sobre essa importante questão.

Plano Municipal

Esta mesa-redonda contou também com a participação dos professores da USP José Marcelino de Rezende Pinto, diretor da Adusp e presidente do Conselho Municipal de Educação, e José Norberto Callegari Lopes, secretário municipal de Educação.

Os participantes da mesa foram unânimes em considerar desejável e oportuna a metodologia adotada na construção do PME de Ribeirão Preto:

1. discussões nas escolas sobre a educação no município, com levantamento de propostas para o PME; 2. plenárias regionais para debate e apresentação de propostas; e 3. Conferência Municipal de Educação, com o objetivo de referendar o documento final a ser encaminhado pelo Prefeito à Câmara de Vereadores.

Em síntese, o documento que resultou da Conferência ocorrida em maio é bem estruturado, apresentando um histórico do município e da sua educação, bem como um diagnóstico dos níveis e modalidades de ensino, desde a educação infantil até a educação superior, sem esquecer-se da educação de jovens e adultos (EJA), da educação especial, da educação do campo,

da formação e valorização dos profissionais em educação, do financiamento e da gestão, da avaliação — cobrindo o amplo leque de temas essenciais que devem ser considerados numa peça de planejamento educacional.

Tanto a metodologia democrática adotada como os conteúdos do documento em questão (diagnósticos, objetivos e propostas), guardadas as respectivas especificidades, servem de exemplo para as outras áreas sociais em Ribeirão Preto e, eventualmente, para outros municípios. Espera-se que o Executivo encaminhe para a Câmara de Vereadores, na íntegra, o projeto de PME construído pela sociedade ribeirãopretana.

Quanto (não) ganham os professores brasileiros?

A aprovação, pelo Senado, de um piso nacional para os professores da educação básica, de R\$ 950, bem como a greve dos professores da rede estadual paulista, voltaram a colocar em evidência os baixos salários do professorado brasileiro. Cabe ressaltar que R\$ 950 correspondem a R\$ 5,94 por hora trabalhada, o que enche de orgulho o nosso glorioso Congresso Nacional!

Ideb

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) combina aspectos quantitativos e qualitativos do sistema escolar (aprovação e desempenho dos estudantes em avaliações). Ele pode ser influenciado por vários fatores, tanto externos às escolas: condições socioeconômicas da população envolvida, participação da sociedade, como inter-

nos: empenho de dirigentes e docentes, número de estudantes em classe, condições materiais de funcionamento das escolas, condições de trabalho dos professores etc.

Além disso, o salário dos professores é um fator importante, pois reflete-se diretamente nas condições de trabalho e indiretamente na motivação e no envolvimento dos profissionais.

Dados da CNTE

Com base nas informações sistematizadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE, www.ente.org.br) de abril de 2007, apresentamos a tabela ao lado.

Nessa tabela, temos os salários pagos em 2007 para professores das redes públicas de cada um dos Estados, indicando também a variação, entre 2005 e 2007, do Ideb

de cada um deles.

São Paulo

Não temos informações atualizadas dos outros estados, mas São Paulo, após o recente reajuste ficou com R\$ 8,18 e R\$ 9,38 por hora, respectivamente, para os professores de 1ª a 4ª e 5ª a 8ª série. Estes valores foram comparados (ver *Informativo Adusp* 262) com a hora paga para algumas categorias profissionais, sem requisito de nível universitário, segundo o data-casa da *Folha de S.Paulo*.

Não dá para se orgulhar do salário pago aos professores estaduais paulistas. Com a palavra, o governador Serra.

	Média de remuneração (R\$/hora)	Variação média do Ideb
RR	14,0	0,03
AC	14,0	0,37
MS	10,4	0,70
MA	9,5	0,23
DF	9,2	0,27
TO	8,8	0,33
AM	8,7	0,57
AP	8,5	-0,07
SP	8,4	0,17
MT	8,3	0,63
AL	7,6	0,13
RJ	7,5	0,03
PA	6,9	-0,23
RO	6,3	0,20
RN	6,1	0,17
PB	6,1	0,37
PR	6,0	0,43
SC	5,8	0,23
BA	5,6	0,07
GO	5,4	0,13
ES	5,3	0,20
RS	5,0	0,17
MG	5,0	0,07
PI	4,7	0,43
CE	4,6	0,33
SE	4,2	0,07
PE	3,5	0,13

Pelo fim dos contratos precários

A Adusp continua acompanhando o desenrolar dos concursos de efetivação de docentes da Sexta Etapa de “desprecarização”, levada a cabo pela Reitoria. A Escola de Artes, Ciências e Humanidades (USP Leste), antes possuidora do maior número de precários da USP (um total de 168), já finalizou os concursos em alguns cursos, como o de Gestão Ambiental, informa o professor Paulo Sinisgalli, atual representante da unidade no Conselho de Representantes (CR) da Adusp. A expectativa é de rápido encerramento dos 166 concursos abertos.

O professor Pedro Tonelli, representante do Instituto de Matemática e Estatística no CR, afirma que, segundo a secretaria de sua unidade, não há mais professores com contrato precário, dado que os seis concursos realizados em 2007 foram fina-

lizados com sucesso. Também no Instituto de Psicologia correram sem problemas os cinco concursos abertos, aponta seu representante no CR, professor Marcelo Ribeiro.

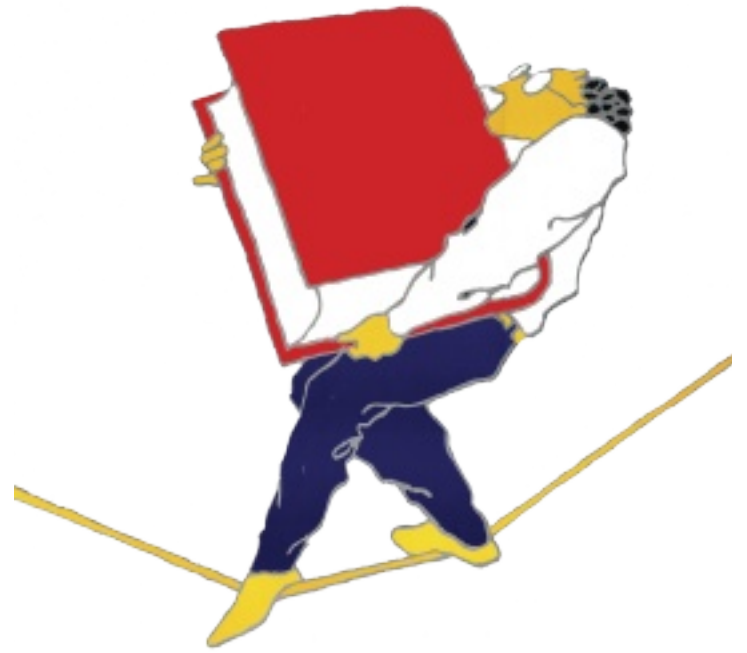
No Instituto Oceanográfico, sete concursos foram realizados com êxito, indica a representante, professora Sueli Godoi. O oitavo concurso, que terminaria com todos os contratos precários na unidade, só não foi realizado pela impossibilidade de reunir a banca examinadora. Nesse caso, a reabertura do edital ocorreu em 3/7.

Em 12/6, a Adusp remeteu ofício à reitora Suely Vilela, solicitando o número de professores inscritos na Sexta Etapa, número de concursos realizados, de professores inscritos aprovados, e de professores com contrato precário restantes, discriminados conforme a unidade. Até 4/7, contudo, a Reitoria ainda não havia respondido.

Acompanhamento

Também o Departamento de Recursos Humanos (DRH) deixou de responder a perguntas de teor semelhante que lhe foram enviadas por e-mail pelo Informativo Adusp. A professora Maria de Lourdes Bianchi, diretora do DRH, procurada por telefone em três dias diferentes, por intermédio de sua assessoria, não atendeu até o fechamento desta edição.

Até agora, recebemos notícia de quatro casos em que os professores inscritos não se efetivaram. No Museu de Zoologia, a Congregação decidiu rejeitar o recurso de um docente não aprovado; o processo segue para o Conselho Universitário, onde, espera-se, será analisado em pormenores. Na Escola de Comunicações e Artes há notícia de que um professor pretende recorrer do resultado. No Institu-



to de Ciências Biomédicas, em que ainda não terminaram os concursos, um docente não foi aprovado em concurso; não houve, contudo, candidato aprovado para assumir a vaga. Na Faculdade de Medicina, uma docente foi reprovada.

Segundo afirmou a Reito-

ria no início do processo, tais situações serão tratadas caso a caso. A Adusp permanecerá acompanhando essas discussões e não aceitará que um docente precário seja punido pelo fato de, por responsabilidade da universidade, encontrar-se em situação irregular.

Reitores acusados de formação de quadrilha

O juiz da 5ª Vara Civil de Santos André, João Antunes dos Santos Neto, acolheu em 24/6 denúncia contra Odair Bermelho, até então reitor do Centro Universitário Fundação Santo André (instituição pública municipal), acusado pelo Ministério Público Estadual (MPE) de praticar os crimes de peculato qualificado, falsificação de documentos e formação de quadrilha, e o afastou do cargo.

O juiz considerou “verossímeis” as alegações do MPE: “existe, de fato, fundado receio de que mantido o status atual [isto é, a manutenção do reitor no seu cargo] ocorram danos irreparáveis, eis que até provas de interesse da Justiça poderiam ser manipuladas”.

Os promotores de justiça Roberto Wider e Sandra Reimberg, do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime

Organizado (Gaerco) do MPE, pediram à Justiça a prisão preventiva de Bermelho. Ele é acusado de fraudar notas fiscais e forjar participação em congressos no Ceará e no Maranhão para obter reembolsos indevidos da Fundação.

Em 29/5, Bermelho fora destituído pelo Conselho Diretor do Centro Universitário, instância máxima da instituição, em decisão unânime dos doze conselheiros. Nos últimos meses, a Fundação Santo André foi palco de intensa mobilização de estudantes e professores, que resistiram com greves e ocupações à decisão de Bermelho de majorar as mensalidades e fechar alguns cursos (vide *Informativo Adusp* 245 e 246).

Caso UnB

Timothy Mulholland, ex-rei-

tor da Universidade de Brasília (UnB), acaba de ser denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF) por peculato e formação de quadrilha, em processo que corre na 12ª Vara de Justiça Federal de Brasília.

Ele havia renunciado ao cargo em abril, depois que vieram a público as regalias de que desfrutava, financiadas pela Finatec, fundação privada “de apoio” à UnB. Em protesto, os estudantes ocuparam a Reitoria e só a deixaram após a renúncia de Mulholland (vide *Informativo Adusp* 252 e 256).

O MPF o acusa de integrar “organização para desviar recursos públicos arrecadados pela universidade e repassados às suas fundações de apoio”. O ex-reitor nega haver cometido atos ilegais.

Gatilho: conforme prazo da Reitoria, faltam 29 dias para fechamento da lista incontroversa

O prazo de 60 dias solicitado pela Reitoria para fechamento da lista incontroversa encerra-se em 2/8. Em 27/6, em resposta à solicitação da Adusp de 20/5, a Reitoria nos enviou três listas: o restante da análise sobre a situação dos 46 colegas que nos procuraram e duas listas com os nomes dos 705 docentes que têm litispendência (já participaram de processos semelhantes). Analisamos as listas enviadas pela Reitoria e constatamos que em três casos houve erro material, ou seja, não constavam da petição inici-

al mas eram professores da USP em 1987 e 1990 e associados da Adusp em 1990, devendo ser incluídos como beneficiários.

Já encaminhamos os três nomes para a Reitoria, encerrando, dessa forma, a discussão sobre a “lista dos 46”. Continuamos aguardando a resposta sobre a situação de 206 docentes cujos nomes constavam da inicial mas não foram apostilados. Esperamos que a Reitoria esteja trabalhando para que, nos primeiros dias de agosto, a lista incontroversa possa ser fechada.

53º Conad empossou nova diretoria do Andes-SN

Fotos: Vanderley Jr.

O 53º Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Conad), ocorrido de 26/6 a 29/6, em Palmas (TO), contou com a presença de 42 seções sindicais, e um total de 120 participantes (delegados e observadores). Teve como tema central “As Lutas Sociais e a Defesa da Universidade”, e deu posse à nova diretoria do Andes-SN (ver Informativo Adusp 262).

As discussões contemplaram os seguintes temas: I. Movimento Docente e Conjuntura: avaliação da atuação do Andes-SN frente às centralidades estabelecidas no 27º Congresso [Goiânia/GO, janeiro de 2008]; II. Questões organizativas e financeiras do Andes-SN e atualização da proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira; III. Avaliação e atualização do plano de lutas: setores [particulares - IPES, estaduais - IEES e federais - IFES]; e IV. Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores”.

Perseguição

A defesa do direito de livre organização sindical constituiu a tônica dos debates frente ao ataque que o Andes-SN vem sofrendo por parte do governo. A diretoria propôs e os delegados aprovaram a realização de um Congresso Extraordinário em Brasília-DF, de 19/9 a 21/9, com o objetivo de tratar do enfrentamento dessa questão.

Nos últimos anos, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) tem baixado sucessivas regulamentações para a efetivação do registro sindical, muitas delas exigindo recredenciamento. A Secretaria do Trabalho do MTE passou a criar dificuldades para o Andes-SN.

Repúdio à Univesp

O 53º Conad aprovou uma moção de repúdio à adoção do Ensino à Distância (EàD) em substituição ao ensino presencial na formação inicial, sobretudo de professores — como é o caso da proposta da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp). Ela será encaminhada aos re-



Ciro Correia, novo presidente do Andes toma posse no Conad. Ao lado, o plenário

tores da USP, Unesp e Unicamp, aos secretários estaduais de Educação e de Ensino Superior e ao Governador.



Relatório de atividades

No último dia 27/6 tivemos na sede da Adusp, Assembleia Ordinária para discutir o relatório de atividades da atual diretoria, referente ao período de junho/07 a maio/08.

Após a Assembleia realizamos um coquetel de encerramento do semestre. A ideia é usarmos todos os momentos para um encontro fraterno e aberto à discussão dos associados.

O Informativo Adusp voltará a circular na primeira semana de agosto.

Congregação da Poli aprova Estatuinte, e não CO, para reformar Estatuto da USP

As alterações no Estatuto da USP têm sido tema de pauta das reuniões da Congregação da Escola Politécnica. Na sua reunião mais recente, 19/6, o foco da discussão foi: a quem deveria ser atribuída a reforma do Estatuto da USP? Caberia ao atual Conselho Universitário (CO) ou a uma Estatuinte especificamente eleita para tal fim?

Colocada a questão em votação, a Congregação da Escola Politécnica se manifestou favoravelmente à eleição de uma Estatuinte para

efetuar as alterações no Estatuto. A discussão sobre a composição da Estatuinte ficou para a próxima reunião da Congregação.

Plebiscito

Os debates sobre o Estatuto da USP prosseguirão na comunidade durante o segundo semestre. O Encontro de Professores, em maio, reforçou a importância de lutarmos por uma Estatuinte democrática e soberana para elaborar um novo Estatuto para a

USP. A ideia é que o CO abra mão de sua prerrogativa e transfira a atribuição de elaborar/reformar o Estatuto para a Estatuinte, que se dissolveria assim que encerrasse seus trabalhos.

A estrutura de poder na USP é tão anti-democrática que nem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é obedecida. A Constituição brasileira assegura “gestão democrática do ensino público” e a LDB determina uma composição

dos organismos de decisão da universidade pública que o CO não acata.

Seria o CO a instância legítima para reformar o estatuto da USP? Nos próximos meses, seguindo a deliberação do Encontro de Professores, deveremos realizar reuniões entre o Conselho de Representantes da Adusp, o Conselho de Centros Acadêmicos do DCE e o Conselho de Base do Sintusp para encaminhar a luta pela Estatuinte democrática e soberana.